D. Ferreira e
F. Guimarães

Álerta

(2.ª SÉRIE)

C. M.
BARCELOS
BIBLIOTECA
Nº 3552

PUBLICAÇÃO SEMANAL DE CRITICA POLITICA

2.ª Semana de Outubro---1915

EDIÇÃO DOS AUTORES
Campo de S. José—BARCELOS

Alerta

C. M. B.
Biblioteca

D. Ferreira e
F. Guimarães

Álerta

2.ª SÉRIE

ANALISE Á POLITICA ACTUAL

SUMARIO: A nossa intervenção na guerra europeia—Nós e a imprensa.—A crise das subsistencias.—Notas & Comentarios.

PREÇO, 2 CENTAVOS (20 RÈIS)

C. M. B.
BIBLIOTECA

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA DE "O COMERCIO DA POVOA DE VARZIM"
Santos Graça & Frasco.

C. M.
BARCELOS
BIBLIOTECA
35'52.

D. Ferreira e
F. Guimarães

Àlerta

2.ª SÉRIE

ANALISE À POLITICA ACTUAL

SUMARIO: A nossa intervenção na guerra europeia.—Nós e a imprensa.—A crise das subsistencias.—Notas & Comentarios.

PREÇO, 2 CENTAVOS (20 RÉIS)

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA DE "O COMERCIO DO POVOA DE VARZIM"
Santos Graça & Frasco.

ESCOLA PRIMARIA SUPERIOR
BIBLIOTECA
BARCELOS

A nossa intervenção na guerra europeia

Debate-se ha uns poucos de mêses no país a ideia da intervenção do nosso exercito na guerra actual. Crêmos que a maioria do país é contraria a esse acto. Terá razão essa maioria? Talvez, se olhar-mos á deficiente educação militar do nosso soldado, á sua nenhuma preparação guerreira, á falta de armamento, á ignorancia absoluta da estrategia militar e, principalmente, á indole pacifica, moderada e completamente contraria á acção de guerra do nosso povo. Diz muita gente, e com razão, que, alem destes motivos apontados, ha uma razão superior que nos proíbe de entervir na guerra: é a falta de dinheiro para organisar uma expedição, que se constitue, como todos sabemos, de trinta mil coisas que nos faltam e que é necessario comprar. Admita-se, porém, o facto.

do conseguir-mos, por meio de um emprestimo nacional—porque emprestimo estrangeiro neste momento é impossivel — o dinheiro suficiente para tal fim.

Aonde iremos comprar todo o armamento, todos os utensilios de guerra, todas as munições, todos os apetrechos de campanha, nesta ocasião, quando as nações que mais fabricam esses objectos precisam dêles para seu uso, para defender a sua integridade nacional, para alimentar a presente guerra, para não perderem a esperança da vítoria? A ideia da intervenção na guerra deve ser posta de parte.

Falta-nos tudo que é preciso para esse efeito.

O dinheiro ainda não nos sobrou para tratar de assuntos sêrios,

Vão-se contentando aquêles que manifestam atitudes belicosas dentro de suas casas, em familia, ou nas columnas dos jornais, apresentando argumentos falhos de bom senso, com espedições a Angola, onde os soldados morrem de sêde por falta de tanques de campanha, onde o nosso exercito morre de fadiga por falta de caminhos acessiveis á condução de artilheria pesada e onde nos faltam até os alimentos necessarios para que o soldado não pereça miseravelmente de fome. Que louca ideia a da nossa intervenção na guerra! Pois se até dispuzemos, emprestada ou vendida, da nossa artilharia de campanha, que se arrumá-

ra, ha longo tempo, talvez já esquecida, em um pateo humido de um edificio dos nossos ministerios! Como querem intervir na guerra se aquêles que isso pensam não encontram solução a este problema gravissimo e essencial!---conseguir dinheiro e armamento! A expedição a Angola resultou em uma lamentavel derrota, não só sob o aspecto moral mas até economico. Gastaram-se milhares de escudos nesta expedição, não olhando ao estado de desorganisacão e pobreza em que labutava a nossa situação militar, desprovida de disciplina, de ordem, de bom comando, de bom criterio, até. Pensamos em ir para a guerra europeia nós, um paiz que para realisar uns exercicios preparatorios de guerra necessita de alugar cavalos ás alquilarias particulares, gado para aplicar á condução de carretas militares, de carros de campanha e condução de oficiais!

Como podemos ir para a guerra com esta pobreza de material? Formando trincheiras com os nossos soldados? Tal ideia não póde realisar-se. Não é, nos tempos actuais, só com homens que se vence uma guerra. Maquinas de destruição e fartura de munições, eis o que nos falta e precisamente sem o qual nada se faz em um campo de batalha.

Ou vamos com probabilidades de nos batermos, não envergonhando o brio português, ou deixemos o nosso exercito em paz, entregue a

exibições habituais de paradas militares, de acompanhar enterros de generais reformados e de mostrarem, nas solenidades publicas, o seu grande uniforme vistoso, multicor e brilhante.

*

Outro aspecto ainda, e este só moral, oferece a ideia do envio de tropas para a guerra que horrosamente invade quasi o mundo. Estará o nosso militar superior, que com tanto esforço de memoria e de paciencia conseguiu saír da escola de guerra, com disposição de ir bater-se?

Uma minoria diminutissima manifesta publicamente o seu desejo de ajudar os aliados. Mas a grande maioria, o grosso do exercito, quasi a sua totalidade, indica a nossa pobreza de material como origem unica da sua recusa. Será esta desculpa sincera e a causa principal da divergencia que separa, neste assunto, as opiniões dos oficiais do exercito?

Cremos que não! O nosso oficial quando sentou praça não pensou na possibilidade de um dia ter de marchar para uma guerra onde todos os dias morrem centenares de homens ou na hipotese de suportar as duras dificuldades de uma campanha demorada em país estrangeiro.

Tal pensamento nunca lhes passou pelo espirito e a realidade, que hoje se lhes apresenta quasi á porta, apavora-os. Abandonar o socego do lar,

a paz da familia, o café onde se passam em amena cavaqueira horas de delicia, a sala nobre do quartel em que as tres ou quatro horas do regulamento impõe ali a presença do oficial, decorrem ouvindo conversas banais, as horas de refeição no hotel, apreciando os hospedes que todos os dias se alternam, ouvindo-os com uma ironia de cultura superior; todos estes factos causam uma viva saudade.

Abandonar esta vida serena, feliz, cheia de rosas, por um futuro duvidoso, que o alvo mais claro que se entrevê é a morte, a privação, a intranquilidade, o desassocego!

Não! A nossa organisação militar tem de alterar o seu caracter geral, quasi borucratico, para não confundir-mos o oficial do exercito com o funcionario publico.

A patente de oficial do exercito é um diploma para concorrente a um casamento rico, exactamente como o funcionario publico que espera a sua nomeação no «Diario do Governo» para constituir *menage*, para organisar familia. E quási si no geral, aquêles que organisam o lar, que criam encargos caseiros, esquecem os seus deveres profissionais para se dedicarem ao estudo do *crochet*, dos paninhos de meza e da colcha de ponto de nó. Depois, o nosso oficial, não dizemos na totalidade, tem medo ao sól, à chuva, ao sereno da noite, ao rio da madrugada.

A assembleia é o seu ponto de reunião chic. Aí se discutem as atrocidades da guerra, as selvajarias dos alemães, o seu heroico valor militar, a feliz repulsa quasi unanime, que nos distancia da ideia do nosso concurso na conflagração europeia.

A nossa pessima organisação militar, repetimos, causa esta anormal situação vergonhosa. A origem deste mal não é recente, bem o sabemos. A monarquia deixou-nos uma herança que só o sentimento de patriotismo, a emoção da dignidade nacional nos proíbiu de a rejeitar. Precisamos de organisar, disciplinando, todas as classes que formam a vida borucratica e militar do país. Como? Dando ao militar a indicação dos seus deveres, que não consiste só isso na aplicação ao *diletantismo* de fazer revistas teatrais, cronicas literarias e propaganda de origem politica.

Conságre-se o oficial do exercito ao conhecimento do seu mister, enriquecendo-o com o produto da sua actividade, da sua inteligencia e dos seus estudos.

Realisado este problema primacial apenas nos falta dinheiro para còmpra de armamento, E será esta solução inteiramente dificil de conseguir?

Talvez não!

Cumpridas estas indicações vamos depois para a guerra, confiados em que concorremos para o florescimento da civilisação, para o progresso português e para a consolidação do nosso poderio colonial.

F. G.

Nós e a imprensa

A maioria da imprensa portuguêsa calou-se ante o reaparecimento do *Alerta*. Nada disse.

Nem bem nem mal. Triste é dizel-o, no nosso país é um crime hediondo o alguem ter a audacia de dizer em letra de fôrma a verdade. Se o *Alerta* fosse uma publicação filiada em qualquer *coterie* politica receberia aplausos entusiasticos do seu grupelho e os protestos mais furibundos da facção antagonica.

Assim, nem de uns nem de outros.

Não agradou a nenhuma das partes.

Foi como um raio maldito que caísse inesperadamente nos arraiaes da politiquice nacional, onde se vive, excéções raras, da mentira e bajulação infames.

O que nos causa maior admiração é a atitude de certo individuo que ha dias concordou com o programa rasgadamente patriotico e alevantado do *A'lerta,* então em via do seu reaparecimento.

Mas esse é dos muitos que condenam a ralé politica, á cautela, em familia. Não que é necessario guardar as conveniencias. E o pobre país ha-de continuar preso á grilheta da actual ignominia politica, representada por individuos de tal jaez?

Não póde ser.

Outros calaram-se. Porquê?

Para não terem de fustigar a nossa atitude de espiritos independentés? Nada disso.

Foi o receio da justiça que nos assiste, que os levou a pouparem-nos. Isso já nós o sabiamos, para maior magua de todos aquêles que acompanham desinteressadamente o estado actual de coisas.

Não foi tão pouco a amizade, porque então desapareceria da sociedade a linha moral desde que um vulgar sentimento de afectividade ligasse dois individuos. A ilação unica a tirar é que a covardia mais uma vez triunfou.

Preferiamos que puzessem de lado a consideração que nos tributam como velhos republicanos revolucionarios de sempre.

A critica honesta, de luva branca, com factos arredada da linguagem de arrieiro, é uma necessidade.

O bem dum povo deve ser muito superior, aos simples interesses partidarios.

Assim o pensamos e por isso fazemol-o desassombradamente.

D. F.

ESCOLA PRIMARIA SUPERIOR BIBLIOTECA

A crise das subsistencias

A crise das subsistencias, dizia ha dias um jornal de Lisboa, (*) não é das menos graves. Esta afirmação de menos grave compreende-se que não é esta crise suficientemente importante que se compare com uma crise ministerial ou com quaisquer das chamadas crises que todos os dias aflige as dezenas de ministerios que teem desorganisado a administração geral do nosso país.

Esta forma de os jornais politicos apreciarem os factos que mais prejudicam á vida economica nacional é a manifestação absolutamente clara de que os males que afectam o viver do povo pouca consideração merecem aos politicos portuguêses. Toda a gente sabe que dia a dia os generos de consumo de primeira necessidade encarecem espantosamente, a ponto de haver familias que diminuiram á sua alimentação indispensavel por os seus salarios não corresponderem á situação de preços que as subsistencias neste instante manteem. Todos os dias as autoridades publicam tabelas de preços dos generos de consumo.

Isso nada vale, porém, pois o comerciante e o produtor negam-se a vender os generos quando os preços indicados pela entidade competente não convem

(*) «O Mundo» de quarta-feira.

aos seus insaciaveis interesses. A acção do Estado neste gravissimo assunto limita-se a isto que se vê: indicação de preços---nem que essa medida algum beneficio trouxesse ao consumidor.

Porque razão o Estado não estabelece, por intermedio das camaras municipais, uma especie de celeiros concelhios onde se vendessem, por o preço que o comerciante compra, os generos de subsistencia indispensaveis?

Teria de dispôr, provisoriamente, de algumas centenas de escudos, bem o sabemos. Mas o publico, que alimenta o Estado com as suas contribuições, tem direito, tambem, a algum beneficio por este dispendido!

Prejudica-se o erario com este estado actual de coisas? Não!

E, comtudo, era justo que o Estado algum bem fizesse ao povo, atenuando, durante alguns mezes, ou o tempo preciso, as pautas alfandegarias aplicaveis aos chamados generos de consumo, não dando origem a que os direitos da alfandega sejam mais caros ainda do que o preço do proprio genero. O Estado não quer prejudicar-se. Morra o povo de fome mas entrem nos cofres chamados publicos as contribuições impostas com avantajada prodigalidade em epocas felizes e prosperas.

O Estado precisa de dinheiro para pagar ao funcionalismo publico.

Diminuir ás suas contribuições, favorecer as pautas alfandegarias sobre os generos de consumo, isso não!

Medida *salvadora* que não custa dinheiro é a indicação de preço dos generos, que redunda, como se sabe, numa ausencia completa no mercado dos artigos indispensaveis á vida.

F. G.

Notas & Comentarios

Os nossos proprietarios de hoteis apresentaram ao Governo, por intermedio da Sociedade de Propaganda de Portugal, *a resposta sobre alojamentos para os feridos da guerra europeia, indicando o preço de 1.600 reis por cada homem.*

Alguns dos valorosos soldados, por sua infelicidade, deixaram os ossos no campo da batalha e agora entre nós os hoteleiros querem comer-lhe a pele.

Satisfazem assim um dever de humanidade e... enchem avaramente a burra com mais alguns contos de reis.

*

O sr. dr. Afonso Costa por motivo da sua doença não pôde comparecer á posse do presidente da Republica, sr. dr. Bernardino Machado.

(Dos jornais)

Lastimamos o estado de tão ilustre homem publico e fazemos sinceros votos pelo seu breve restabelecimento, na certeza que S. Ex.ª ao regressar de novo á politica não deixará de, numa vassourada energica, varrer o lixo que emporcalha o partido democratico.

*

A "Ordem", gazela catolica do Porto, insurge-se num dos ultimos numeros contra os seraficos padres que pelas praias e estancias enxameiam as casas de batota num jogar infreme.

E' um gosto vel-os como jogam a sua corôa á cabeça do rei e o prazer desmedido ao fazer o cerco á dama desejada...

*

Certos bachareis beras *todos se arripiaram ao lêr o ultimo numero do "A'lerta". Bem mostram que permaneceram pouco tempo pela Luza Atenas. Nem sequer, ao menos, o suficiente para perderem o* pêlo.

C. M. B.
BIBLIOTECA

Notas & Comentarios

C.M.B.
Biblioteca

Señor

Ayres Duarte

Digno pharmaceutico

Barcellos